

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CAMPESINIDADE NO CONTEXTO DA AGRICULTURA DE BASE AGROECOLÓGICA

NEILO MÁRCIO DA SILVA VAZ¹;
WILLIAM HÉCTOR GÓMEZ SOTO²

Universidade Federal de Pelotas – vazpiratini@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – william.hector@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Tem como objetivo tecer uma reflexão acerca das transformações ocorridas na estruturação social e cultural camponesa, em contextos de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica a partir da introdução da questão ambiental no meio rural. A referência empírica da pesquisa se constitui de agricultores de base agroecológica componentes da ARPASUL e da CSE Ltda., abrangendo nove municípios da mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul.

No conjunto do trabalho o campesinato é pensado a partir de sua presença na configuração da formação social brasileira e sua relação com o desenvolvimento da agricultura na contemporaneidade, o que perpassa questões relacionadas à sua constituição enquanto categoria social e política capaz de reproduzir-se na história a partir de uma matriz sociocultural referencial para as gerações presentes. Assim como, são considerados os processos sociais rurais vivenciados pelos camponeses quando do desenvolvimento da agricultura moderna, o que implica considerar as consequências nefastas do ponto de vista econômico, social e ambiental advindas da modernização da agricultura, assim como os processos relacionados às contraposições a esse modelo, engendrados pelos camponeses na atualidade.

No contexto do estudo foi buscada uma perspectiva que se desvincula das ideias de extinção e adaptação inevitável dos modos de vida camponeses ao capitalismo e, ao mesmo tempo, distancia-se de leituras de cunho economicista. Foi adotada uma abordagem da realidade social estudada a partir da noção de campesinidade, proposta por WOORTMANN (1990), possibilitando a construção de uma interpretação acerca do processo de desenvolvimento da agricultura de base agroecológica a partir da visão de mundo dos agricultores.

A presença camponesa na sociedade brasileira assume características próprias relacionadas aos processos sociais e econômicos que marcam toda formação social, mantendo, de acordo com WANDERLEY (1996), particularidades em relação ao conceito clássico, em função das situações de enfrentamento vivenciados na história social do país. De acordo com WELCH, MALAGODI, CAVALCANTI E WANDERLEY (2009), no Brasil os modos de vida

camponeses são uma “ideia-valor” e dessa forma compreende a orientação de condutas e de modos de agregação social e, enquanto qualidade de valor é um legado transmitido entre gerações, sendo reelaborada no tempo e no espaço.

Encontra-se, nesse sentido, uma perspectiva em que os camponeses não são tomados enquanto uma categoria em vias de extinção através de sua inserção no sistema econômico. Por outro lado, não são atores sociais que se encontram num processo gradual de evolução para outra forma social, nem tampouco representam um grupo isolado da sociedade em geral, tendo-se uma configuração em que, segundo WANDERLEY (1996), a agricultura camponesa tradicional é uma forma social da agricultura familiar, que se estrutura na relação propriedade, trabalho e família, mantendo especificidades no arranjo geral da agricultura familiar relacionadas a economia, sociabilidade e a inserção em uma sociedade global, o que permite pensar o campesinato no caso brasileiro enquanto uma situação social de persistência dentro da estrutura social.

Na elaboração de WOORTMANN (1990) a noção de campesinidade está colocada enquanto “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”, referindo-se a uma configuração modelar, que permite pensar o campesinato como sociedades estruturalmente particulares, inseridas em uma história geral da sociedade moderna, portanto dotadas de uma determinada tradição sociocultural. Nesse sentido, dentro dessa lógica de pensamento, a estruturação do universo sociocultural camponês se dá a partir da tríade terra, trabalho e família, pensadas enquanto categorias nucleantes e relacionadas entre si, configurando a produção social do universo valorativo camponês, que é sempre histórico e contextualizado, em que a passagem de uma ordem moral para uma ordem econômica é um processo que perpassa o mundo ocidental em geral.

Tem-se, a partir dessa perspectiva de interpretação da realidade camponesa, uma abordagem do universo significativo dos agricultores de base agroecológica que permite uma abordagem mais eficaz dos processos de reprodução de uma tradição sociocultural camponesa no contexto de introdução da questão ambiental no meio rural, buscando, a partir da particularidade que marca a campesinidade nesses contextos, uma compreensão da totalidade dos processos sociais que envolvem a relação dos agricultores estudados com o conjunto da sociedade na contemporaneidade.

A mudança de padrão técnico-produtivo baseado na agroecologia está relacionada à construção de alternativas viáveis e sustentáveis em relação ao modelo de agricultura hegemônica, compondo o cenário concreto daquilo que ZANONI (2004) denomina “penetração da questão ambiental no rural contemporâneo”. Segundo a autora esse fenômeno configura-se como uma das principais interrogações sociopolíticas das sociedades contemporâneas, observando-se um deslocamento das preocupações ambientais, outrora centradas nas atividades urbano-industriais, para aquelas próprias do campo.

É nesse sentido que a noção de agroecologia se situa, atrelada às experiências de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica componentes da pesquisa, pois se trata de uma abordagem científica e tecnológica em que os agricultores que aderem a esse tipo de prática agrícola se baseiam para desenvolver uma agricultura diferenciada daquela oriunda do processo de modernização conservadora, representando a possibilidade de transição de um modelo de agricultura convencional para uma sustentável.

2. METODOLOGIA

A perspectiva metodológica adotada na pesquisa é a qualitativa, em que foram utilizadas técnicas de coleta de dados como entrevistas, com uso de roteiro semiestruturado e observação participante, com registro em diário de campo. O trabalho de campo foi desenvolvido em duas etapas, a primeira correspondendo a uma fase de entrada à campo, realizada entre janeiro e fevereiro de 2012, em que foram realizados os primeiros contatos e observações que embasaram a construção do projeto de pesquisa e entre junho e novembro do mesmo ano foi realizada a segunda etapa do trabalho.

Foram realizadas oito entrevistas que se deram junto às residências dos agricultores e na sede de uma das organizações em Pelotas. As observações foram realizadas em todos os espaços relacionados à participação dos agricultores na produção de base agroecológica, compreendendo o cotidiano de trabalho nas propriedades rurais, as reuniões junto às sedes das organizações e as feiras na cidade de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção de pesquisa realizada no contexto dos agricultores componentes da ARPASUL e da CSE revelou um universo social composto por sujeitos que têm suas trajetórias sociais marcadas pelo estabelecimento de estratégias de manutenção de um pertencimento a uma lógica cultural camponesa, que se configura a partir da reprodução de uma estruturação valorativa em que se fortalece mediante a adesão à agroecologia como paradigma produtivo.

Trata-se de sujeitos que pertencem a uma tradição em que o desenvolvimento da vida tem suas raízes no trabalho com a terra, primeiramente junto à família de origem e, posteriormente, ligado à família constituída pelo casamento, sempre tendo a terra como espaço de trabalho que, além de garantir o sustento, garante a reprodução social como um todo.

Entre os agricultores de base agroecológica estudados é possível perceber que juntamente com os valores tradicionais relacionados a “terra”, “trabalho” e “família”, em função da adesão à agricultura de base agroecológica, são incorporados os valores referentes à “qualidade de vida” e ao “meio-ambiente”, constatando-se que esses elementos valorativos incorporados passam a integrar a nucleação e a interdependência que caracteriza a configuração do universo valorativo do sujeito camponês.

No momento em que os agricultores passam a produzir baseados na agroecologia, não se veem somente como produtores de mercadorias agrícolas, tendo-se todo um leque de responsabilidades associadas à discussão ambientalista, envolvendo a preocupação com o que e como se produz, para quem e para que se produz. Isso está intimamente relacionado à alteração no contrato social, enunciado por Zanoni (2004), tendo-se a delegação de outros papéis ao meio rural que não se resume à produção de alimentos, o que no caso da agricultura de base agroecológica converte o agricultor em um “sujeito ecológico”, nos termos definidos por Carvalho (2005), ou seja, na realidade estudada, cada membro da cooperativa ou associação é

participante de processos subjetivos que envolvem a internalização do ideário ecológico, tratando-se da constituição de uma ética a partir do universo do ambiental e conseqüentemente o coloca enquanto um agente na constituição do campo ambiental brasileiro.

4. CONCLUSÕES

Uma das questões que emergem da pesquisa diz respeito ao fato de que a agricultura de base agroecológica está intimamente relacionada ao processo sociopolítico de introdução da questão ambiental no mundo rural, tendo por meio da participação dos agricultores em redes econômicas, sociopolíticas e sociotécnicas a incorporação de valores como busca pela “qualidade de vida” e a preservação do “meio-ambiente”, sendo constatado que essa adesão relaciona-se intimamente ao processo de reprodução do pertencimento desses sujeitos a uma tradição camponesa, uma vez que esses valores incorporados potencializam a nucleação e inter-relação existente entre terra, trabalho e família.

Diante disso é possível pensar nos termos de uma superação da subalternidade da condição camponesa a partir da produção de base agroecológica, uma vez que a mesma, em função de suas características relacionadas à valorização dos conhecimentos tradicionais e ao enfoque socioambiental, institui entre os sujeitos praticantes processos simultâneos de agenciamentos de novos papéis sociais e de afirmação do pertencimento a uma tradição sociocultural campesina.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (orgs.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

ZANONI, Magda. A Questão Ambiental e o Rural Contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 10, p. 101-110, jul./dez. 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Van Luc. Manual de investigação em ciências sociais. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. 4. Ed. Lisboa, 2005. 281 p.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.p